

ANC P2

Sociedade em perigo

Superada a batalha em torno do sistema de governo, ganha pelo parlamentarismo, a Comissão de Sistematização prepara-se para a definição do sistema econômico. A discussão sobre o direito de propriedade será o próximo grande tema. E pelo seu alto conteúdo ideológico, é o que despertará maior interesse da opinião pública, até o momento indiferente ao que se passa na Constituinte.

Essa definição é fundamental porque não há democracia com centralismo econômico. O controle das fontes de produção pela burocracia, seja de direita ou de esquerda, conduz, inevitavelmente, a um regime autoritário, que nela se sustenta e, por isso, a fortalece. A extinção do direito de propriedade é, portanto, uma discussão política em toda sua dimensão porque contrapõe o Estado ao indivíduo. O fato de procurarem deturpá-la, apresentando-a como uma questão ética ou como uma distorção da igualdade entre os homens — “Enquanto Eva flava e Adão cavava”... —, não evita que, através dela, se estabeleça a essência da sociedade.

A tendência da Comissão de Sistematização é a de ampliar a interferência do Estado na economia, agravando o erro com proposições demagógicas, como a estabilidade no emprego. Claro que todos nós, trabalhadores, temos direitos e eles precisam ser preservados, mas exacerbá-los acabará sendo prejudicial. A ampliação dos direitos

da mulher grávida, por exemplo, provocará, na prática, uma restrição do mercado de trabalho.

O que se deveria procurar é um ponto de equilíbrio entre o capitalismo selvagem e o excesso de reivindicações trabalhistas, choque que ocorre, neste momento, em quase todos os setores da vida nacional. Nem é possível admitir que a Autolatina tenha lucros extraordinários, a pretexto de defender a economia de mercado, nem aceitar que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano ameace comprometer “a qualidade” dos automóveis se não receber o reajuste salarial pretendido.

Não é concebível que o Governo aumente sucessivamente os impostos — a arrecadação do IR das pessoas físicas corresponde a 1/3 do que o Governo perde na evasão de impostos com incentivos fiscais para exportação —, enquanto concede bilhões para empresas em dificuldades, como, por exemplo, a Transbrasil, cujo desenvolvimento teve a cooperação dos cofres públicos.

Como disse o ministro Hugo Castello Branco, da Indústria e do Comércio, “uma livre iniciativa forte e independente é a única imunidade que a sociedade tem contra o golpismo e o atraso institucional”. Contudo, uma livre iniciativa incompetente, baseada na corrupção, sempre provoca uma revolução. A definição está próxima.